

como nos novos continentes, o Protestantismo entregou-se à obra social, educativa e evangelística. Campos missionários foram abertos em muitas regiões do globo, e no seio dos quais já estão surgindo fortes Igrejas autônomas, embora amparadas ainda pelas Igrejas-mães. De outro lado, cumpre ressaltar o papel que os referidos campos e Igrejas vêm desempenhando no sentido de estimular o espírito ecumênico entre as confissões protestantes, especialmente, de que são provas o Concílio Internacional Missionário e o Concílio Mundial de Igrejas, organização esta que congrega também diversas outras pertencentes ao Cristianismo universal.

Finalmente, lembra o Prof. Léonard o interesse dos teólogos protestantes pelos estudos da dogmática. Entre aquêles que mais têm contribuído para aprofundar e enriquecer a doutrina cristã, nos dias que correm, contam-se figuras da envergadura de Karl Barth, Emil Brunner, Kulman, Tillich, Niebuhr, Gustaf Aulen, Nygren, Gogarten, e uma pleiade de outros. Vivemos, portanto, numa época também de renovação teológica.

JOSE' GONÇALVES SALVADOR

*

FANON (Frantz). — *L'An V de la Révolution Algérienne*. Ed. François Maspero. Paris, 1959.

A morte de Frantz Fanon, recentemente ocorrida numa clínica nos Estados Unidos, vítima de câncer, ocorreu posteriormente à leitura deste trabalho na Sociedade de Estudos Históricos.

Frantz Fanon nasceu na Martinica, tendo seguido seus estudos superiores na Faculdade de Medicina de Paris, onde foi assistente de psiquiatria, e nos hospitais civis, trabalhando depois nos hospitais da Argélia, onde, em contacto direto com as realidades e chocado com a brutalidade da luta, ingressa no FNL. Reparte o seu tempo entre as missões ao estrangeiro, procurando obter auxílio para os refugiados argelinos em Marrocos e na Tunísia, e na assistência médica aos combatentes, quer no *front*, quer nas suas bases na Tunísia.

Evian, 18 de maro de 1962, data da celebração dos acordos pelos quais a França — a França do general de Gaulle — é forçada a reconhecer o direito da Argélia à independência, chegou já tarde para o herói: a morte já o havia levado.

A nossa homenagem aos heróis tombados na luta, nossa homenagem à França que reencontrou o seu caminho, caminho êsse, de que se não teria desviado se, em 1852 tivesse ouvido a palavra de Augusto Comte:

“J'ose ici proclamer les vœux solennels que je forme, au nom vrais Positivistes, pour que les Arabes expulsent énergiquement les Français de L'Algérie, si ceux-ci ne savent pas la leur restituer dignement” (1).

(1). — *Catéchisme positiviste*, pág. 373.

“**L’Algerie c’est la France**”, a palavra de ordem — o mito — que domina o colonialista francês, e, atingiu plenamente a mentalidade pequeno-burguesa do francês-médio, por palavras de André Philip (2), por mais paradoxal que se nos afigure, constitui o principal motor da Revolução Argelina. Completou o movimento libertador, este mês, o seu sétimo ano de luta, de uma luta gloriosa, cadinho da formação de uma nacionalidade — a argelina — custando até agora a vida de cerca de um milhão de patriotas. Pena é que a mediocridade de certos políticos, suas alianças com conhecidos grupos de interesses, a política de traição dos partidos franceses, nomeadamente do socialista e do comunista, os tenha impedido de encontrar a justa solução para o problema: a independência, tal como a defendeu esse francês, político notável, homem de seu tempo, e, sobretudo homem de vocação africana, o “premier” Pierre **Mendés-France**

O 1.º de novembro de 1954, data da arrancada para a independência, em que um punhado de patriotas se lança na luta, empunhando armas, na continuação lógica da batalha empreendida pelo povo argelino desde 1830, quando da sua anexação à França, passando por vicissitudes várias, até aos movimentos de Ben Kraled de 1918, que vem a desaparecer da cena política com o exílio de seu chefe no Cairo; a dissolução forçada da Estrêla do Norte de África em 1937 — o primeiro partido político organizado — a clandestinidade do Partido Popular Argelino em 1939; a formação da UDAM, de feição moderada, a que pertenceu o ex-presidente do governo provisório argelino, Ferhat Abbas; o PPA, de Messali Hadj, hoje com residência fixa em França e desprestigiado em favor da FNL, constituem o entrosamento de fatos políticos que dão jus ao direito do povo argelino ascender à independência.

A última guerra foi decisiva para a formação do movimento libertador: numerosos argelinos lutaram ao lado da França Livre, chegando razoável número a atingir o oficialato; o general de Gaulle, quando chefe do governo provisório, promete medidas liberais, que vem a concretizar mais tarde, através da lei de 7 de março de 1954 — cidadania francesa, aumento da representação muçulmana nas assembléias locais, e, a igualdade do *status* social a todos os habitantes da Argélia —. A política de integração, iniciada com o famoso **Bureaux des Affaires Arabes**, integrado por oficiais do exército, coadjuvados por sociólogos e etnólogos, sempre pronto a procurar nos elementos tradicionalistas e latifundiários da Argélia — caracteristicamente feudais e corruptos — o apóio que lhe era oferecido em troca da manutenção dos seus privilégios, é, igualmente, um fator a considerar. Em 1949 a Liga Árabe cria a Comissão de Libertação do Maghreb; a França vota o Estatuto da Argélia em 20 de setembro de 1947 —

“igualdade efetiva entre todos os cidadãos franceses”

(2). — *Le Socialisme Trahi*. Ed. Plon, Paris, 1957.

estatuto êsse, digno da França revolucionária, mas não cumprido, em virtude da intervenção das fôrças dos grandes interesses, representados pelas companhias que operam em território argelino. A partir de 23 de setembro de 1948 a Argélia passa a eleger 30 deputados e 14 senadores, sendo a eleição processada através de um duplo colégio eleitoral. A partir destas reformas, tudo o mais, tem sido pura farsa do colonialismo. E' a todos os títulos paradoxal, que o povo argelino, ao qual já mataram cêrca de um milhão dos melhores de seus filhos, em sete anos de luta, tenha votado em massa nas soluções propostas pela França colonialista, como nos pretendem fazer crer, através das pseudo-estatísticas forjadas pela propaganda francesa. Ainda, recentemente, o general de Gaulle, num momento de lucidez, próprio do homem que nunca deixou de acreditar na missão da França — a de levar a luz da liberdade aos povos — reconheceu que o povo argelino aspira, em sua totalidade, à independência, e como seu legítimo interlocutor o FNL.

Os **fellaghas**, principal sustentáculo do movimento, nasceram das conseqüências da política colonialista, que os levou à mais extrema miséria, sendo que 10% da população européia detêm três quartas partes do poder econômico. As plantações de vinhedo, atualmente ocupando 400 mil hectares pertence em 90% a agricultores franceses, plantações essas, que além do mais, provocaram a transferência das terras de cereais cultivadas pelos mouros, para vinhedos de franceses, fazendo cair a média de produção de cinco quintais de trigo por argelino em 1871, para dois quintais em 1961; as obras de irrigação beneficiando, com exclusividade a propriedade européia, daí, que apenas os 24% de proprietários europeus, que possuem mais de 100 hectares, num total de 80% da propriedade em mãos de europeus, tenham obtido uma renda de 93 bilhões de francos, ao passo que os 600 mil proprietários muçulmanos não ultrapassaram a cifra de 67 bilhões, com uma propriedade média de 12,3 hectares.

O despertar da consciência nacional argelina se tornou uma realidade através do desenvolvimento da luta que trava com o colonialismo francês; a Argélia não constituía uma nação, mas antes um conjunto de tribos, mais ligadas por afinidades biológicas — patriotismo biológico — como lhe chamou George Ballandier, do que por um traço de união baseado na idéia de pátria. A noção de nação, ligada a de fronteira, não era do conhecimento do povo argelino; foi a política de integração praticada pela França que produziu frutos; a destribalização, a concentração urbana, cadinho de elementos de tôdas as regiões da Argélia, transformando a mentalidade do ex-campesino; os contactos entre as diversas etnias; o serviço militar nas fileiras do exército francês, a participação na última guerra; o meio milhão de trabalhadores argelinos, que fornecem mão-de-obra às indústrias da metrópole, sobretudo nas regiões de Paris, Marseilha, Lille, Lião e Bordéus; as elites educadas nas universidades francesas, e, sobretudo, a repressão levada a efeito pelo exército francês, aliada à política de destribalização, e de despersonalização, do já citado **Bureau des Affaires Arabes**. A luta que vem sendo levada a

cabo tornou possível a criação da noção de Nação Argelina. Note-se, e aqui reside a principal característica da luta do povo argelino, de estarmos perante uma autêntica revolução e não de um simples movimento insurrecional contra o colonialismo. A revolução pretende o poder para o povo, a liquidação da economia colonial, dos privilégios dos feudais, do latifúndio, a criação de um quadro econômico independente, tudo isto através de uma revolução que não admite discriminações religiosas, raciais, e, até certo ponto, políticas.

Antes de entrar na análise da obra de Frantz Fanon, quero ainda chamar a atenção para um problema de grande importância, o de caráter não comunista da revolução; a traição do Partido Comunista Francês, a não existência de dirigentes comunistas no seio do FNL. O Partido Comunista Argelino perdeu toda a possibilidade de atrair as massas muçulmanas, apesar do apêlo direto e total, que ultimamente a URSS e os países socialistas vêm oferecendo à Argélia. A orientação comunista, tremendamente burocratizada, seguindo as diretrizes impostas pelo PCF, é este, a política internacional da URSS, não prestou, em tempo, o apêlo devido à causa argelina, alicerçado no estafado argumento de que a revolução só seria viável quando da instauração em França do regime do proletariado. O partido perdeu sua expressão política, não só na Argélia, mas igualmente em Marrocos, onde fenômeno idêntico se constatou. Não podemos esquecer, e muito menos os argelinos, de que o PCF, num ato de traição à causa da liberdade dos povos votou os plenos poderes a Guy Mollet. O PCA constituído na sua maioria por elementos europeus foi presa fácil da política do PCF, e da política internacional da URSS. O seu total malôgro foi constatado na reunião do vale de Soumman, em 1956, convencida pela Frente de Libertação Nacional a fim de analisar a força dos antigos agrupamentos políticos da Argélia. Hoje em dia, os comunistas trabalham no seio do FNL, não como representantes do partido, ou em bloco, mas antes a título individual, e contudo impedidos de atingir cargos de liderança. As contradições dialéticas do partido, sãbiamente controladas pela URSS foram o germe de sua destruição. O partido não conseguiu atingir a população muçulmana. Ben Badis, um dos líderes da revolução, chegou a ser tomado, e apontado pelos comunistas como “reacionário”, “agente do imperialismo”. A tentativa do PCF de alterar sua política em 1956 falhou. Era tarde demais, o FNL ganhara o povo argelino, movimentava as massas e adquirira raízes profundas. O partido, que já se mostrara incapaz de analisar a situação revolucionária, não conseguiu tornar-se argelino, permanecendo essencialmente uma filial do partido francês.

*

A obra de Frantz Fanon é a todos os títulos notável, sobretudo pela exposição dos fatores determinantes da mudança da estrutura social do povo argelino. É este o aspecto da obra de Fanon, que por se tratar de um dos aspectos da revolução argelina praticamente por analisar, e raramente afluído nos escritos que temos lido últi-

mamente sôbre a revolução, nos interessa especialmente destacar — a alteração do **status** do homem argelino, a reestruturação da sociedade argelina em novos níveis organizatórios através do desenvolvimento do processo revolucionário, oferecendo assim aos estudiosos uma visão do que virá a ser a Argélia Independente para além dos tratados.

Não nos deteremos em analisar os capítulos IV e V, que tratam respectivamente da “A Medicina e o Colonialismo” e da “Minoria Européia na Argélia”, mas apenas aqueles capítulos em que o autor aborda as causas e fatores da mudança.

A importância do véu para a mulher argelina e para a manutenção da estrutura tradicional é analisado por Fanon ao tratar da mudança social imposta pelo colonialismo francês. A luta empreendida pela administração francesa contra o uso do véu, em nome da emancipação da mulher argelina, visava a sua despersonalização, anulando as resistências ao colonialismo, não só suas, mas, sobretudo, as da família muçulmana. O véu simboliza o respeito, a tradição. A mulher sem o véu, e sem ter encontrado, ou antes, sem lhe terem fornecido uma mística que substituísse o seu valor simbólico está desarmada no seio do seu próprio meio. Perde todo o “mistério” que o véu lhe empresta. O comportamento do homem em relação à mulher forçosamente alterar-se-ia. O marido a desrespeitaria, o filho não a acataria, seu pai a repudiaria. A destruição da família era fatal. A luta estaria perdida. A mulher vem a abandonar o véu; a estrutura da família altera-se: as relações de pai para filho, de marido a mulher, de irmão mais velho a irmão mais novo. O processo revolucionário determina a mudança, a reestruturação da sociedade argelina em novos níveis, mas de uma mudança progressista. A mulher abandona então o véu sem se despersonalizar, obtém a sua independência, um novo lugar dentro da família, posição conquistada e que não determinou a sua frustração.

A análise de Fanon é profunda e bem documentada desde a descrição e análise do comportamento de um jovem doente que pede para mudar de pavilhão, a fim de não compartilhar da mesma sala com o irmão mais velho. O jovem está ainda prêso à tradição, ao poder do irmão mais velho a quem deve obediência. A luta altera o comportamento; constatamos que em numerosos grupos combatentes o irmão mais velho obedece ao comando do mais novo. O pai, o todo poderoso dentro da família, é forçado a admitir a resolução dos filhos de se alistarem na luta, primeiro os jovens, e pouco depois as jovens. Sua primeira reação é de ordenar ao filho que abandone a luta; surge o militante do movimento revolucionário, que apelando para os seus sentimentos patrióticos, e, principalmente, ante a firme disposição comandada pelo filho de combater pela liberdade de seu país, acaba por aceitar a decisão dêste e, mais importante ainda, orgulha-se do filho que luta. O processo em relação à filha foi mais complexo, mais profundo; seus frutos são a garantia da autenticidade da revolução. A colaboração da mulher torna-se indispensável ao movimento. E' a mulher que transporta as armas

indispensáveis ao **fidai** — elemento encarregado de executar algum atentado —, que retoma as armas uma vez executada a missão. São as chamadas “mulheres arsenais”.

Arrisca a vida. Ganha as montanhas. Percorre centenas de quilômetros transpondo as barreiras do exército dominador. Pega em armas. Acompanha o homem no **maquis**. Leva informações preciosas para o movimento. Tudo isto é levado a cabo por uma jovem que, ainda, em 1953 não saía à rua sem ser acompanhada, que vivia recolhida em casa, que evitava conversar com homens, que não tomava parte na vida do homem, que não discutia; a mulher não era ouvida. Agora o pai adapta-se à nova situação criapa pela luta: não lhe pergunta por onde andou durante a ausência do lar, não a interroga sobre a vida privada. O pai passa a estar diante de uma heroína, respeita-a e aceita o seu novo lugar na família e na sociedade, lugar conquistado com o risco constante de perder a vida.

O casamento, que anteriormente à revolução se limitava a um simples contrato entre os pais dos noivos, para o qual estes não eram ouvidos, altera-se. A revolução cria um registro civil. Os jovens que se conhecem no **maquis** passam a celebrar seu casamento perante o oficial do registro civil da “administração fantasma”, criada pela revolução, sem que necessitem da autorização paterna. Os pais aceitam. Seus filhos não são mais as crianças do passado; são heróis que merecem respeito. O divórcio, que antes se limitava ao simples repúdio da mulher por parte do marido, não mais pode ser praticado, a revolução exige um processo, tem que respeitar as leis da revolução, e só o oficial do registro civil do FNL o pode decretar. A revolução libertou a mulher, na medida em que esta conquistou uma nova posição na sociedade. A sociedade altera-se na forma e no comportamento dos seus integrantes.

E’ a alteração profunda do **status** individual, que nos garante a autenticidade da revolução argelina. A criação de uma nova legislação, aplicada e executada por “tribunais fantasmas”, a “administração fantasma”, a que os camponeses recorrem dispensando os órgãos da administração colonial, a participação dos cidadãos, homens e mulheres, nas assembléias populares, constituem a base da nova Argélia.

FERNANDO D’ALBUQUERQUE MOURAO

*

ANAIIS DO MUSEU PAULISTA. Tomo XV, 458 págs., São Paulo, 1961.

Depois de 10 anos de interrupção, é reiniciada a publicação dos Anais do Museu Paulista, que juntamente com a sua Revista, deram justo renome àquela instituição. Enquanto a coleção da Revista, que circula desde 1895, enriquece, sobremaneira, a bibliografia antropológica brasileira, particularmente na chamada **nova fase** de sua publicação, os seus Anais têm se consagrado mais à História. Assegura-nos o historiador Mário Neme, seu Diretor, que os Anais conti-